

em defesa da pesquisa

Emergência da primeira infância: ampliação dos direitos das crianças ou aprofundamento do neoliberalismo?

**Emergencia de la primera infancia: ampliar los
derechos de la niñez o profundizar el
neoliberalismo?**

**Early childhood emergence: expansion of children's
rights or deepening neoliberalism?**

Maria Mostafa¹

¹ Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Formação Humana, Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil. E-mail: mariamostafa@hotmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-9105-6672>.

Submetido em 26/01/2023

Aceito em 17/08/2023

Pré-Publicação em 22/09/2023

Como citar este trabalho

MOSTAFA, Maria. Emergência da primeira infância: ampliação dos direitos das crianças ou aprofundamento do neoliberalismo?. *InSURgência: revista de direitos e movimentos sociais*, Brasília, v. 10, n. 1, p. 641-664, jan./jun. 2024.

insurgência

InSURgência: revista de direitos e movimentos sociais | v. 10 | n. 1 | jan./jun. 2024 | Brasília | PPGDH/UnB | IPDMS
ISSN 2447-6684



Este trabalho está licenciado com uma Licença Creative Commons 4.0.
Este trabajo es licenciado bajo una Licencia Creative Commons 4.0.
This work is licensed under a Creative Commons Attribution 4.0.

Emergência da primeira infância: ampliação dos direitos das crianças ou aprofundamento do neoliberalismo?

Resumo

Em 2016 foi aprovada a primeira lei federal 13.257 integralmente dedicada aos direitos e políticas para as crianças de zero a seis anos, no mesmo ano também foi criado o Programa Criança Feliz, o primeiro programa nacional de visitação domiciliar com foco na primeira infância. Esse artigo busca investigar as mecânicas que possibilitaram a emergência da primeira infância no Brasil e os efeitos que essa segmentação no campo maior da criança e do adolescente vem produzindo. Para isso coloca em análise o discurso de dois médicos brasileiros que tiveram uma atuação expressiva na consolidação da área da primeira infância no país e conclui que os argumentos que endossam essa emergência trazem consigo um forte determinismo biológico e uma tendência, alinhada com a estratégia neoliberal, de responsabilizar do sujeito pelo seu fracasso.

Palavras-chave

Primeira infância. Biopolítica. Neoliberalismo. Normalização.

Resumen

En 2016 se aprobó la primera ley federal 13.257 dedicada íntegramente a los derechos y políticas de los niños de cero a seis años, en el mismo año también se creó el Programa Niño Feliz, el primer programa nacional de visitas domiciliarias enfocado a la primera infancia. Este artículo busca investigar la mecánica que hizo posible el surgimiento de la primera infancia en Brasil y los efectos que esta segmentación en el campo más amplio de los niños y adolescentes viene produciendo. Para ello, analiza el discurso de dos médicos brasileños que tuvieron un papel expresivo en la consolidación del campo de la primera infancia en el país y concluye que los argumentos que avalan este surgimiento traen consigo un fuerte determinismo biológico y una tendencia, alineada con la estrategia neoliberal, culpar al sujeto de su fracaso.

Palabras-clave

Primera infancia. Biopolítica. Neoliberalismo. Normalización.

Abstract

In 2016, the federal law 13.257, fully dedicated to the rights and policies for children from zero to six years old, was approved in Brazil and in the same year a national home visitation program focused on early childhood, called Happy Child Program, was also created. This article seeks to investigate the mechanics that made possible the emergence of early childhood in Brazil and the effects that this segmentation in the larger field of children and adolescents has been producing. For this, it analyzes the discourse of two Brazilian physicians who had an expressive role in the consolidation of the area of early childhood in the country and concludes that the arguments that endorse this emergence bring along a strong biological determinism and a tendency, aligned with the neoliberal strategy, to blame the subject for his failure.

Keywords

Early childhood. Biopolitics. Neoliberalism. Normalization.

Introdução

A primeira infância, definida no Brasil como a fase que vai dos 0 aos 6 anos de idade (a partir do nascimento), vem ganhando importância em diferentes frentes, seja em campos do saber como as neurociências ou a economia, seja como objeto das organizações da sociedade civil que desde a Constituição Federal de 1988 (Brasil, 1988) têm sido conclamadas a agir no campo da garantia dos direitos da criança e na formulação de políticas sociais. No Brasil, um dos efeitos da força dessa emergência é a sua institucionalização com a formação, em 2010, de uma rede de organizações chamada Rede Nacional Primeira Infância e a aprovação, em 2016, da Lei 13.257, conhecida como Marco Legal da Primeira Infância (Brasil, 2016). No mesmo ano também foi criado um programa federal de visita domiciliar com foco no desenvolvimento das crianças de até 6 anos, chamado Programa Criança Feliz (Brasil, 2017).

A argumentação que vem embasando a emergência da primeira infância prioriza o cuidado e o desenvolvimento dessa fase frente a outras da própria infância e da adolescência. Essa prioridade tem como fundamento algumas correntes das neurociências - linha do pensamento científico que é posta como universal - que entendem que certo tipo de estímulo cerebral nos primeiros anos de vida seria de tal modo determinante, que poderia até compensar os efeitos da pobreza e da desigualdade social (Del Río, 2014). Do argumento das neurociências derivam outros, como o do prêmio Nobel de economia James Heckman, de que a cada dólar investido em políticas de primeira infância há uma economia de 7 dólares em outras políticas sociais (Heckman, 2020).

O discurso da plasticidade do cérebro nos primeiros anos de vida é amplamente reproduzido por diversos atores do campo da primeira infância, como organizações sociais, frentes parlamentares (Lançamento, 2011), organizações multilaterais (World Bank, 2023) e gestores públicos. Há uma articulação entre essas produções científicas e a constituição do campo de investimento na primeira infância, produzindo um saber-poder que atua como uma tecnologia de regulação. O discurso que vem sendo produzido, confirmado pelo Banco Mundial, é de que a primeira infância é a fase ótima para a intervenção, sendo possível prevenir uma adolescência problemática e abrir caminho para uma juventude e uma idade adulta economicamente produtivas (Penn, 2002).

Apesar do investimento recente do Banco Mundial na primeira infância, não é de hoje que a infância tem sido objeto de preocupação social. Ao longo da história o olhar para ela passou por diferentes formas, que não são descoladas das formas de governo, de produção econômica e da forma como a sociedade se organiza como

um todo. Philippe Ariès (1978), importante referência do campo da história social e da história da infância, por meio de uma detalhada pesquisa sobre as representações de crianças na iconografia europeia durante a modernidade, conclui que as representações da infância vão sofrendo mudanças, nos indicando que a forma como a infância era percebida foi mudando de lugar na sociedade europeia com o passar do tempo. A inegável contribuição de Ariès, embora já discutida por diversos autores, é de que a própria concepção de infância é dotada de historicidade.

Se as concepções de infância são históricas, como se deu a emergência da primeira infância? A Convenção dos Direitos da Criança aprovada em 1989 e ratificada por quase todos os países (com exceção dos Estados Unidos) considera “criança” todo ser humano menor de 18 anos de idade (Arantes, 2016). Por que estamos agora afirmando os direitos das crianças de zero a seis anos de idade, e quais efeitos essa afirmação está produzindo? Como se deu essa clivagem no campo da infância? Especificamente, como chegamos a essa concepção de primeira infância que tem como fundamento a articulação do discurso das neurociências, da produtividade econômica e a responsabilização das famílias pela interrupção do ciclo da pobreza?

1 Segmentações e a priorização da primeira infância

A divisão etária e a conformação da infância como modo de exercício do poder vem sendo produzida fundamentalmente a partir do século XVIII. Essas concepções estão diretamente ligadas aos saberes médicos articulados com uma preocupação com a constituição do trabalhador para a manutenção da engrenagem econômica. Essa mesma articulação segue atualizando as concepções de infância que produzem a emergência da primeira infância como categoria de investimento social e de mercado.

A máxima “primeira infância é prioridade” é usada por diversas organizações e campanhas do campo da primeira infância como uma afirmação dos direitos das crianças de até seis anos. A afirmação é usada como uma referência ao artigo 227 da Constituição Federal (Brasil, 1988) que afirma que os direitos das crianças são absoluta prioridade. No entanto, o texto constitucional não menciona a primeira infância, que não tinha sido produzida, em 1988, como segmento. Além disso, os jovens foram incluídos em 2010 por meio de Emenda Constitucional decorrente do Estatuto da Juventude, compartilhando da mesma prioridade das crianças. O caput do artigo 227 diz que:

É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde,

à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão (Brasil, 1988).

Há um esforço por parte dos atores do campo da primeira infância em separar a prioridade das crianças na primeira infância dos outros segmentos citados na Constituição: “Primeira Infância Primeiro” como diz o nome de um projeto de uma grande fundação brasileira desse campo. “Primeira infância é prioridade” se tornou uma campanha difusa de comunicação que leva a um entendimento um pouco diferente do próprio texto que é usado como fonte do enunciado, dando um destaque para a primeira infância que não existe no texto constitucional, de forma a atender uma demanda de segmentação do campo maior da criança e do adolescente.

Interessa colocar em análise essa relação de forças que tensiona o campo “infância e adolescência” para a fragmentação em segmentos menores que delimitam o campo da primeira infância.

A priorização da primeira infância está inserida nas formas de funcionamento do biopoder, produzindo uma preocupação com a maximização da vida que incide sobre as famílias e sobre os corpos das crianças, especialmente o cérebro.

Foi fundamentalmente no século XIX, a partir da teoria da evolução das espécies, que o interesse sobre o desenvolvimento humano e sobre a infância foi associado à biologia (Lima, 2020). Dentre alguns autores que se dedicaram ao tema nessa época figura o filósofo britânico Herbert Spencer (1820-1903), que sistematizou diversos argumentos que colocavam o desenvolvimento das crianças como um saber científico, cujas mecânicas de funcionamento deveriam ser ensinadas aos pais para que esses, por sua vez, pudessem educar seus filhos da forma “correta”. A obra de Spencer teve como cerne a crença de que todos os fenômenos seriam governados por uma mesma lógica de evolução, e que, portanto, todo conhecimento científico derivaria de uma lei universal.

A educação teve um papel central na teoria de Spencer, que escreveu um livro totalmente dedicado ao assunto: “Education: Intellectual, Moral and Physical” (1861). De acordo com o autor, a educação seria a forma de potencializar a lei do desenvolvimento universal nos indivíduos e na sociedade. Se apoiando em conhecimentos pedagógicos anteriores, como os formulados por Johann Pestalozzi e por seu próprio pai, que fora seu professor de ciências, Spencer adotou uma justificativa psicológica para os objetivos e métodos da educação, contribuindo para que os conhecimentos educacionais da época constituíssem uma “ciência da

educação” (Tomlinson, 1996). Na sua argumentação, da mesma forma que a sociedade teria avançado seguindo os princípios da economia política, a educação deveria avançar seguindo os princípios das ciências biológicas sobre o desenvolvimento humano. Nessa concepção, os estímulos corretos desde o nascimento da criança, aliado a um ambiente amável, seriam essenciais para o desenvolvimento saudável do corpo, dos sentimentos morais e experiências intelectuais. Assim, o papel dos pais seria mais de facilitadores do desenvolvimento, centrando na criança a capacidade de se desenvolver. Os pais forneceriam o estímulo alinhado com as leis universais do desenvolvimento que estariam potencialmente contidas na criança.

Em diversos trechos do livro já aqui citado, Spencer faz duras críticas aos pais por ignorarem a forma com que funcionaria o corpo e o processo de aprendizagem das crianças e assim atrapalhariam o seu desenvolvimento: “A educação física, moral e intelectual da mocidade é espantosamente deficiente. A maior parte da culpa pertence aos pais pela sua ignorância dos conhecimentos por meio dos que a educação pode ser dirigida com verdade.” (Spencer, 1861). Para alcançarem os bons resultados os pais deveriam aprender alguns princípios científicos: “Para a boa educação da mocidade são indispensáveis alguns conhecimentos dos primeiros princípios de fisiologia e das verdades elementares da psicologia” (Spencer, 1861).

A divulgação de trabalhos baseados na teoria evolucionista, como os de Spencer, influenciaram diversos campos do saber, inclusive o campo que se dedicava a compreender o desenvolvimento humano: a psicologia do desenvolvimento. A partir do conceito de evolução, a divisão da vida em etapas foi equiparada às etapas de evolução da humanidade, e essa aproximação com o conceito de evolução conferiu à psicologia do desenvolvimento um caráter de cientificidade, e de uma conseqüente maior legitimidade (Lima, 2020).

Seguindo essa linha mais alinhada ao que era visto como pesquisa científica na época, ao final do século XIX proliferaram estudos sobre o desenvolvimento humano a partir da observação de crianças. Quando essas práticas de observação puderam ser realizadas em clínicas e escolas, e, portanto, com grupos grandes de crianças, a psicologia do desenvolvimento estabeleceu etapas de vida mais definidas e fechadas, construindo uma ideia de normalidade mais rígida para cada etapa:

Os psicólogos passaram a identificar padrões de comportamento para cada idade, alinhados em um eixo temporal dividido em etapas. Esse modo de sistematização das observações tornou possível a comparação entre as

capacidades de qualquer indivíduo e a norma para a sua faixa etária. (Lima, 2020, p. 824).

As concepções de normalidade, portanto, não foram resultado de um acumulado da experiência social com as crianças, como poderia se supor, e sim elaborada por especialistas que desejavam construir e validar um saber científico sobre a infância (Rose, 1999). Além disso, as definições de normalidade com frequência foram forjadas a partir da observação das crianças que não apresentavam o comportamento desejado, muitas vezes patologizadas e de alguma forma classificadas como anormais. Assim, as concepções de normalidade se estabeleceram não a partir da observação da normalidade, e sim da ideia do que seria um desenvolvimento desejável a partir da observação da diferença: “Normalidade não é uma observação, mas uma avaliação. Contém não somente um julgamento sobre o que é desejável, como uma prescrição de um objetivo a ser alcançado” (Rose, 1999, p. 133, tradução nossa).

2 Médicos brasileiros na produção da primeira infância

A definição da primeira infância como uma etapa crucial para o desenvolvimento humano se fez como uma continuidade dos mesmos mecanismos da produção da normalidade, principalmente no que diz respeito ao olhar do especialista e na observação da infância “problemática”.

Aqui traremos dois casos com especialistas que ajudaram a conformar o campo da primeira infância no Brasil, na medida em que trazem em si esses mecanismos de produção da normalidade: a trajetória político-científica do proponente do Programa Criança Feliz, Osmar Terra, e os achados do médico brasileiro César Victora, reconhecido internacionalmente por modificar a “curva normal” do desenvolvimento infantil.

Osmar Terra começou sua vida política no movimento estudantil, se filiou ao Partido Comunista do Brasil na juventude, foi exilado durante a ditadura militar, e depois filiou-se ao então PMDB (atual MDB) em 1986. Em 1993 foi prefeito de Santa Rosa, município do Rio Grande do Sul e depois se tornou deputado federal, cargo que já ocupou seis vezes entre idas e vindas, sendo a mais recente a legislatura 2019-2023. De 2003 a 2010 foi secretário de saúde do Rio Grande do Sul. Foi nomeado ministro do Desenvolvimento Social no governo de Michel Temer de 2016 a 2018. Também foi ministro da mesma pasta, cujo nome foi alterado para Ministério da Cidadania, no governo de Jair Bolsonaro, tendo ficado nesse cargo no primeiro ano do governo, de 2019 a 2020 (Farah, 2021).

Do lado científico, Osmar Terra é médico e tem mestrado em neurociência pela PUC do Rio Grande do Sul, com a dissertação: “Relação entre o comportamento agressivo e/ou violento e alterações na neuroimagem: revisão sistemática”, defendida em 2009, época em que ocupava a secretaria de saúde do Rio Grande do Sul.

O grupo de pesquisa ao qual o Terra estava vinculado pretendia comparar imagens cerebrais de jovens em cumprimento de medida socioeducativa com imagens de jovens que não cumpriam medida socioeducativa. Em notícia intitulada “Estudo vai mapear cérebro de homicidas”, de novembro de 2007, publicada na Folha de São Paulo informa-se o teor da pesquisa, que seria iniciada no ano seguinte (2008):

Cientistas da PUC-RS (Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul) e da UFRGS (Universidade Federal do RS) querem saber se o que determina o comportamento de um menor infrator é sua história de vida e se há algo físico no cérebro levando-o à agressividade. “Algo que sempre foi negligenciado foi o entendimento da violência como aspecto de saúde pública”, diz Jaderson da Costa, neurocientista da PUC-RS que coordenará os trabalhos de mapeamento cerebral. A ideia é entender quais pontos são mais relevantes dentro da realidade brasileira na hora de determinar como se produz uma mente criminoso. Para isso serão avaliados também aspectos genéticos, neurológicos, psicológicos e sociais de cada pesquisado. Serão examinados dois grupos: um de internos da Fase e outro de meninos sem passado de crime, para efeito de comparação. O projeto vai olhar para questões sociais, mas o foco é mesmo o fundo biológico da questão. “Estamos nos baseando em trabalhos que já existem mostrando que há um período crítico no início da vida e que se uma criança é maltratada entre o 8º e o 18º mês ela adquire comportamento alterado na idade adulta”, diz um dos mentores do projeto, o secretário de Estado da Saúde do Rio Grande do Sul, Osmar Terra, aluno de mestrado de Costa. “Decidi no ano passado retomar a neurociência como uma opção de vida; minha opção não é fazer política até morrer”, diz. (Garcia, 2007).

A partir desta notícia, a pesquisa foi alvo de denúncias e reações por parte de psicólogos e outros profissionais da área social, que produziram uma nota de repúdio (Rodrigues, 2008) e um movimento público que promoveu debates e interferiu na análise do Comitê de Ética da UFRGS sobre o projeto. A própria Folha de São Paulo noticiou a repercussão do caso com matéria intitulada: “Psicólogos tentam impedir pesquisa com homicidas” (Garcia, 2008), mas também publicou, em janeiro de 2008 um editorial contrário à nota de repúdio, considerando-a enviesada e precipitada (Razão, 2008).

O debate seguiu com outros artigos, como o publicado também na Folha de São Paulo, de autoria de Esther Arantes e Suyanna Barker, intitulado “Por que

assinamos a nota de repúdio”, em fevereiro de 2008, e mais à frente com um artigo acadêmico de Rodrigues (2008), que apresenta uma compreensão sobre o ocorrido, com a qual nos identificamos: o caso é um exemplo das interdições que se colocam a qualquer contestação das verdades científicas que amparam o governo da vida.

Na conflitiva ligada à “pesquisa dos cérebros”, a defesa pretendida não é tanto, pois, a dos direitos do “homem” – o que seria esse “curioso objeto... o homem” [...], fora do que dele fazem discursos (hoje predominantemente científicos) e práticas correlatas? –, mas a dos direitos dos governados – melhor dizendo, dos direitos de não sermos governados, se não em absoluto, ao menos de não o sermos por princípios, agentes e instâncias que nos pretendem conduzir, sem contestação possível, mediante o poder da verdade (científica, biológica... neurocientífica, cerebral?) (Rodrigues, 2008).

A pesquisa com os adolescentes, que foram categorizados pela Folha de São Paulo como detentores de “cérebros homicidas” não foi adiante e parece que a solução para a dissertação de Terra foi fazer uma revisão sistemática de estudos já realizados fora do Brasil sobre o assunto.

Na introdução da dissertação, Terra discorre:

Quem teve a oportunidade de conhecer mais de perto os meninos em privação de liberdade da FASE (Fundação de Atendimento Socioeducativo) no Rio Grande do Sul, pode ter tido sua atenção despertada pelos visíveis problemas psiquiátricos e neurológicos, que importante parcela deles apresenta, muitas vezes sem diagnóstico ou tratamento adequado. São, com grande probabilidade, portadores de transtornos que certamente antecedem, em muito tempo, as ações agressivas que cometeram. Tais comportamentos alterados precocemente poderiam ter servido de alerta para o risco e prevenida a ação violenta, mas não o foram. Tal constatação pode levar ao entendimento de que o senso comum existente, sobre a violência e o comportamento agressivo serem frutos única e exclusivamente da miséria e das desigualdades sociais, fornece apenas uma parte da explicação. Informações que se acumulam, com enorme rapidez, mostram empiricamente que outros fatores, não só os sociais contribuem e muito, para a transgressão violenta. O mau funcionamento do cérebro e da mente, provocado por determinadas patologias com origem em danos específicos, traumas físicos e emocionais, e mesmo em alterações genéticas, são mais frequentes do que pensávamos e podem predispor uma parcela da população às alterações comportamentais maiores. Isso leva à manifestação de condutas antissociais com mais frequência, abrindo caminho para a violência física extrema (Terra, 2009, p. 1).

Mesmo com a pesquisa com os cérebros não autorizada, pelo trecho acima citado e pela fala de Terra na primeira notícia da Folha de São Paulo, em que dizia “Estamos nos baseando em trabalhos que já existem mostrando que há um período

crítico no início da vida e que se uma criança é maltratada entre o 8º e o 18º mês ela adquire comportamento alterado na idade adulta” (Garcia, 2007), fica clara a visão de Terra sobre a correlação entre primeira infância e prevenção: se a criança for maltratada na primeira infância será produzido um dano no cérebro, e é esse dano, e não as desigualdades sociais, que levariam as crianças e adolescentes a cometerem atos violentos. Portanto, para que o “problema” dos adolescentes em conflito com a lei seja resolvido, seria preciso prevenir o suposto dano cerebral. Ao localizar a violência no cérebro e relacioná-la a um dano, Osmar Terra reforça o discurso de que os adolescentes que cumprem medidas socioeducativas são pessoas “danificadas”, se aproximando de uma abordagem eugênica. Como evitar esse dano? Investindo na primeira infância, como por exemplo, segundo o próprio Terra, com os programas de visitação domiciliar como o Primeira Infância Melhor do Rio Grande do Sul e o Criança Feliz, ambos elencados no rol das realizações políticas do médico. A pobreza e a questão racial no sistema prisional não são questões que merecem a atenção de Terra, a não ser pela produção do dano cerebral na primeira infância. Desviando do dano, o problema estaria resolvido.

A pesquisa de Terra parte da observação de adolescentes que apresentaram um comportamento indesejado para a produção de uma normalidade cerebral. Rose (2013) afirma que essa argumentação dos efeitos dos primeiros anos de vida nas condutas problemáticas (que é a base da pesquisa que seria feita pelo grupo de Terra), não difere muito dos argumentos formulados desde o século XIX, passando pelo movimento higienista dos anos 1930 e dos programas de primeira infância como o programa norte-americano “Head Start” criado em 1965, hoje apoiado principalmente nos estudos sobre o cérebro.

Em 2017, durante a Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) dos Maus Tratos, no Senado Federal, Osmar Terra, então Ministro de Estado, foi convidado para participar de uma audiência pública para falar sobre os maus tratos na infância e sobre o Programa Criança Feliz. Na sua apresentação Terra discorreu sobre como o PCF atua na prevenção do dano cerebral, por um lado ensinando às famílias a estimular os cérebros das crianças de forma que produza as ligações desejadas, e por outro lado, com uma vigilância para que as crianças não sofram maus tratos, como afirma matéria publicada pela assessoria de comunicação do então Ministério do Desenvolvimento Social:

Os maus-tratos são um fator desagregador e devastador. Podem produzir uma quantidade muito maior de pessoas com traumas e até pessoas violentas. O Criança Feliz ajuda a prevenir isso (...) O programa vai colocar na casa das pessoas toda semana um visitador para orientar a família. Ele vai passar informações e dar o apoio necessário para aquela família

superar episódios de violência doméstica que podem causar danos definitivos na criança. (Criança, 2017).

Da mesma forma, o então Ministro fez a seguinte declaração sobre os visitantes durante um evento para a adesão de Sergipe ao PCF:

Eles vão avaliar o ambiente familiar e identificar fatores capazes de comprometer o desenvolvimento integral da criança, vão orientar sobre cuidados essenciais nos primeiros anos de vida e vão estabelecer vínculos entre as famílias e promover serviços de diferentes áreas, a exemplo da saúde e assistência social. Os visitantes serão como anjos da guarda. (Jackson, 2017).

No discurso, a possibilidade de sofrer um dano cerebral parece ser a linha que separa a primeira infância das outras etapas da infância. De acordo com essa ideia, até os seis anos de idade, as crianças precisam ser protegidas, com visitantes-anjos-da-guarda, para não sofrerem um trauma que danifique seus cérebros de forma definitiva, o que comprometeria o desenvolvimento das crianças e produziria “até pessoas violentas”. Seguindo a mesma concepção das primeiras políticas de visita domiciliar ligadas ao movimento higienista do século XIX, há uma desconfiança das famílias sobre as quais incide um saber médico normalizador (Vieira, 2013). A primeira infância é colocada por um lado, como uma fase de um potencial quase mágico de desenvolvimento cerebral, e por outro lado como uma fase extremamente vulnerável, e por isso segmentada das outras infâncias, para que possa ser muito bem protegida e corretamente estimulada.

Em outro contexto, em audiência pública da Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a combater os maus tratos a crianças e adolescentes em 2017 (CPI dos Maus Tratos), Terra falou sobre como os primeiros mil dias são importantes para que as crianças superem a pobreza, e que o dano, quanto mais cedo acontecer, mais tempo irá durar na vida daquela criança (6ª Reunião da CPIMT, 2017).

A referência dos mil dias está bastante relacionada com um outro médico que ajudou a construir, junto com Osmar Terra, essa cena de valorização da primeira infância brasileira: Cesar Victora, epidemiologista atuante na Universidade Federal de Pelotas (UFPel), cidade também do estado do Rio Grande do Sul. Victora e Terra apresentam algumas proximidades, pois ambos são médicos, são do Rio Grande do Sul e atuantes na primeira infância, mas enquanto Terra seguiu carreira na política, Victora é um renomado pesquisador. Em diversas ocasiões Terra convidou Victora para referendar, com os argumentos e a legitimidade da ciência, as discussões políticas sobre primeira infância. Inclusive, a equipe de Victora foi responsável por desenvolver a metodologia de avaliação do Programa Criança Feliz (Seminário, 2020).

O epidemiologista conduziu uma grande pesquisa acompanhando todas as crianças de Pelotas nascidas num determinado ano, por 30 anos, e os achados dessa pesquisa serviram de base para mudanças nos parâmetros internacionais de saúde para as crianças. Ao associar o aleitamento exclusivo à redução da mortalidade infantil, não só foi ampliado o tempo indicado para o aleitamento exclusivo, como verificou-se que os bebês que recebiam aleitamento exclusivo tinham um tamanho menor do que a curva até então utilizada como parâmetro internacional de crescimento. Em 2006 a Organização Mundial de Saúde alterou a curva de crescimento com base nessa e em outras pesquisas semelhantes. Por esse feito, Victora é um pesquisador muito premiado, reconhecido internacionalmente, e uma grande referência para o campo da primeira infância brasileira.

Quando o Marco Legal da Primeira Infância estava tramitando na Comissão Especial da Câmara dos Deputados, na época como o Projeto de Lei 6998-13, Osmar Terra, relator do PL, presidiu uma audiência pública em maio de 2014 sobre primeira infância. Cesar Victora foi um dos palestrantes convidados. Nessa audiência pública Victora apresentou suas pesquisas, com muitos dados para convencer os parlamentares sobre a importância da primeira infância para o desenvolvimento humano. A fala do epidemiologista na audiência pública é bastante esclarecedora sobre os impactos que sua pesquisa teve na área da saúde da criança e sobre a influência do saber médico sobre o Marco Legal da Primeira Infância:

Então, eu vou falar sobre algumas pesquisas que a gente tem feito aqui e vou também tentar mudar um pouquinho a percepção que talvez vocês, nossos colegas da Câmara, tenham sobre a importância das diferentes fases da infância. Essas são pesquisas que nós realizamos aqui nos últimos anos e que, de alguma maneira, têm influenciado as políticas no mundo. Eu vou falar sobre aleitamento, sobre as curvas que o Osmar mencionou rapidamente, sobre os mil primeiros dias - uma questão muito importante - e sobre os objetivos do milênio e o que nos espera no futuro.

O próximo eslaide vai mostrar a questão do aleitamento materno. Então, eu vou falar muito rapidamente como era a situação até, mais ou menos, os anos 80 e o que eu fazia com os meus filhos e com os meus pacientes naquela época. A gente recomendava que, logo a partir dos 2 ou 3 meses de idade, a criança começasse a receber chás, água, suquinhos, além do leite materno. Era essa a recomendação naquela época.

(...)

O próximo eslaide mostra o que foi mais surpreendente naquela época: cada mamadeira que a criança recebia de água ou chá, que nós considerávamos algo inócuo, que não fazia mal nenhum dar um chazinho para a criança, aumentava em 1,7 vez o risco de morte por diarreia, ou seja, aumentava em 70% o risco de ela morrer. Por quê? Porque, muitas vezes, a mamadeira estava contaminada, não era bem esterilizada, e foi a

primeira vez que isso foi descoberto. Esse foi o primeiro artigo no mundo que relatou esse efeito.

(...)

Então, nós passamos a definir a amamentação como o normal do ser humano e passamos a julgar o crescimento de outras crianças com base no crescimento das crianças amamentadas. É o contrário do anterior, porque, até então, o normal era aquela criança norte-americana obesa, que recebia mamadeira. Nós redefinimos o normal. (Câmara dos Deputados, 2014).

Nesse trecho Victora apresenta as pesquisas que relacionaram o aleitamento exclusivo do bebê com a redução da mortalidade infantil, e a partir dessa constatação uma mudança no que era até então o “normal”. A curva de crescimento recomendada pela OMS foi adequada ao crescimento dos bebês que recebiam aleitamento materno de forma exclusiva. O normal foi atualizado com os achados da sua pesquisa: aleitamento materno exclusivo e bebês com um peso menor do que o peso dos bebês do normal vigente até então.

A pesquisa de Victora atuou sobre o que Rose chamou de “matematização da diferença” (1999, p. 141), algo que emergiu a partir dos testes de inteligência desenvolvidos pelo psicólogo francês Alfred Binet e outros pesquisadores do século XIX. O teste previu uma variação de inteligência a partir da pesquisa com grande número de crianças em escolas. Com o estabelecimento dessa média de variação para cada idade, conseguiu tornar visível a diferença possível pela comparação entre pessoas, numa curva normal, localizando nesse desenho, de forma individualizada, a medida de cada criança testada. Com iniciativas como essa, a psicometria traduziu as capacidades mentais em números, estatísticas, gráficos e curvas, dando uma visibilidade concreta ao que antes era impalpável. Esse processo abriu caminho para o desejo de que as capacidades mentais se tornassem governáveis.

Tag (2012) afirma que o desenvolvimento de indicadores internacionais, como os desenvolvido por Victora, se baseiam na ideia de que todas as infâncias são comparáveis e estabelecem medidas globais de uma infância universal: “a criança é posicionada como uma criança universal que, independentemente dos contextos sociais específicos, tem necessidades e direitos que podem ser alcançados com o mesmo tipo de intervenções, programas e políticas no mundo todo” (Tag, 2012, p. 48). Como efeito desses indicadores que universalizam as concepções de infância, o papel do Estado frente à infância também é universalizado e internacionalmente verificável, já que os indicadores são os mesmos em todos os países. O monitoramento dos Estados pelas organizações internacionais se torna mais possível e adquire mais legitimidade, porque passa a ser baseado em dados científicos e em números. “Nesse sentido, a quantificação é talvez um dos

mecanismos de universalização mais fortes, que posiciona metas internacionais como universalmente apropriadas e significativas” (Tag, 2012, p. 49).

O governo das capacidades mentais foi ampliado pelas neurociências, com trabalhos como a dissertação de Osmar Terra, que fez uma revisão sistemática das pesquisas de neuroimagem com indivíduos considerados violentos. Embora tenha concluído que a violência é um fator de “anormalidades cerebrais”, a pesquisa não conseguiu relacionar as anormalidades com o abuso na infância, que seria um dos objetivos iniciais da pesquisa de Terra. O pesquisador não concluiu que não há relação entre abuso na infância e alterações cerebrais que levam ao comportamento violento, e sim que há a necessidade de mais estudos relacionando as duas questões (2009).

Erica Burman (2017) faz um paralelo entre os modelos de criança e as tendências científico-tecnológicas do século XIX para cá. Da influência do evolucionismo que comparava as crianças aos animais, passou-se para o behaviorismo, por volta do período entre as décadas de 1920 e 1960. Nessa concepção, o ambiente e a experiência teriam muito mais peso no desenvolvimento do que características da própria criança, que por si só seria incompetente. Na década de 1970 essa concepção foi alterada graças às novas tecnologias que permitiram visualizar as capacidades dos recém-nascidos e também pela substituição do behaviorismo pelo cognitivismo. A descoberta do ultrassom e a visualização dos embriões ampliou essa noção da criança competente para as crianças que ainda não tinham nascido.

Nos anos 1980 as pesquisas se diversificaram e a maior parte das produções em psicologia do desenvolvimento passaram a afirmar que as capacidades das crianças são desenvolvidas em algum lugar no espaço entre a criança e o ambiente, no qual está o adulto cuidador. Com as neurociências e as imagens cerebrais a tendência nas pesquisas sobre crianças tem sido um retorno ao cognitivismo, isto é, à concepção de que a criança tem tudo o que é preciso para se desenvolver antes mesmo de se tornar uma criança: “Os últimos 30 anos têm testemunhado uma aceleração e intensificação da pesquisa com foco no período pré-natal e na primeiríssima infância, acarretadas pelo desenvolvimento tecnológico que produziu as imagens cerebrais e análises neuro químicas” (Burman, 2017, p. 36, tradução nossa).

“Para agir, é preciso ao menos localizar”: é a primeira frase do clássico de Canguilhem “O Normal e o Patológico” (2002) publicado a primeira vez em 1954, trazendo a ideia de que visualizar a doença é o primeiro passo para se agir sobre ela. Na dissertação de Osmar Terra há uma coletânea de estudos de imagem do cérebro de adolescentes com comportamento violento, que seriam cérebros

alterados, anormais, doentes. É uma visão que reduz a violência a uma questão biológica, como uma doença. Nesse caso, não há remédio possível, o dano é permanente para quem já tem o cérebro alterado. A única alternativa, de acordo com seus pressupostos, é a prevenção da população que ainda não teve seu cérebro comprometido: as crianças na primeira infância.

2.1 Os primeiros mil dias

No bloco seguinte da audiência pública sobre primeira infância, Victora fala sobre a importância dos primeiros mil dias (que inclui o período da gestação e os dois primeiros anos), para o desenvolvimento infantil. Nessa fala ele defende a segmentação da própria primeira infância:

Eu gostaria de passar para a terceira, que é a questão dos mil dias, e depois falar um pouco mais sobre os objetivos do milênio. A questão dos mil dias é um conceito muito interessante. Eu acho, Deputado Osmar e colegas da Câmara, que isso tem muita relevância para a legislação brasileira. O que acontecia? Todas as crianças menores de 5 anos eram consideradas uma unidade única, um grupo homogêneo. Nós começamos a realizar uma série de pesquisas e ver que não é bem assim: os primeiros 2 anos são muito mais críticos do que o terceiro ano, o quarto ano e o quinto ano. São todos importantes, mas o começo da vida é mais crítico ainda. (...) Daí, saiu esse conceito dos mil dias, porque se vocês somarem os 270 dias da gestação, que é um período crítico, com os 365 dias do primeiro ano e os 365 do segundo ano de vida, dá exatamente mil dias. Então, criou-se esse conceito dos mil dias críticos para o desenvolvimento da criança. (Câmara dos Deputados, 2014).

Embora o epidemiologista defenda a importância dos primeiros mil dias com afinco, não parecia ser unânime entre os pesquisadores do desenvolvimento infantil os argumentos que produziam as segmentações da primeira infância. Em 1999, John Bruer, professor de filosofia na Universidade de Washington e então presidente da Fundação James S. McDonnell, que financiava pesquisas em neurociência e psicologia e educação, publicou o livro “O mito dos três primeiros anos”. De acordo com o próprio Bruer (2011), após ser amplamente divulgado em meados dos anos 1990, nos Estados Unidos, que novos achados da neurociência iriam revolucionar o cuidado das crianças, Bruer, que recebia muitos pedidos de financiamento de pesquisas da área, estranhou, pois não teve conhecimento desses novos achados. Ao ler os artigos e livros sobre o assunto, a maior parte de divulgação científica, percebeu se tratar de resultados de pesquisas antigas que foram cuidadosamente selecionadas, simplificadas e generalizadas para servir como apoio para a aprovação de uma lei para criar o Early Head Start, programa pré-escolar dos EUA para crianças em situação de vulnerabilidade de 0 a 3 anos

de idade. O programa Head Start original, em que as crianças ingressavam a partir dos 3 anos, não tinha sido bem avaliado e segundo os defensores da primeira infância isso teria acontecido porque o programa não começava cedo o suficiente, e aos três já não era mais possível alterar o desenvolvimento cerebral (Bruer, 2011).

O autor alega que a importância dos três primeiros anos ganhou credibilidade a partir de declarações que alguns cientistas fizeram na mídia, mas de fato não haviam novos resultados a serem compartilhados com o público amplo. Por isso chamou esse movimento de mito. Esse caso é relevante pois nos lembra que há debate nos meios de produção de ciência, há dissenso, inclusive nas neurociências. E muitas vezes o que é divulgado nos meios de comunicação, ou usado nas argumentações das políticas e programas de primeira infância, é uma determinada corrente ou pesquisa, comunicada como se fosse um consenso geral dos cientistas. A vontade de verdade (Foucault, 1999) que atravessa os discursos sobre a importância da primeira infância apaga o debate científico, que é justamente um dos pilares sobre o qual a produção científica se sustenta.

Por um argumento ou por outro, a segmentação da vida em faixas etárias pode ser compreendida como um refinamento das formas de controle biopolítico, de uma segmentariedade mais flexível, mais molecular (Deleuze; Guatarri, 1996). A unidade de medida vai se tornando cada vez mais específica, mensurando e capturando com mais precisão cada etapa da vida, neste caso a infância, a primeira infância, a primeiríssima infância, os primeiros mil dias. A divisão da infância em primeira infância é menos uma ruptura com um sistema maior que invisibilizaria as crianças de 0 a 6 anos, e é mais uma forma refinada de ressoar as mecânicas de funcionamento do neoliberalismo que produz uma certa forma de ser criança, associando todas as etapas da vida à rentabilidade possível do capital.

2.2 Capital humano e neoliberalismo

Seguindo com o discurso de Victora, chegamos num dos argumentos centrais para a priorização da primeira infância: os efeitos dessa etapa da vida no capital humano:

Agora eu queria mostrar rapidamente a vocês, ainda dentro desse tema dos mil dias, os resultados de um consórcio que nós fizemos. Nós pegamos as cinco maiores coortes do mundo fora dos países ricos: uma no Brasil, uma na Guatemala, uma na África do Sul, uma em Nova Deli, na Índia, e outra nas Filipinas, em Cebu, e fizemos a seguinte pergunta: Como é que o ganho de peso dessa criança influencia sua saúde na vida adulta? Porque nós estamos preocupados também; nós não queremos que uma criança se torne um adulto obeso, nós queremos que ela cresça bem, mas ela não pode

crescer demais, vamos dizer assim. E mais: Quais os riscos associados ao ganho de peso.

E nós estudamos, então, não só doenças, nós estudamos muito o capital humano. O capital humano é a criança atingir a sua altura para o qual ela tem o potencial genético, é ela atingir o seu nível de inteligência, é ela avançar na escola, é ela ser economicamente produtiva como adulto, e ela ter filhos saudáveis também. Que seus filhos nasçam em boas condições. Esse é o conceito que nós chamamos de capital humano. E o que ficou muito claro, nós fizemos uma série de artigos científicos sobre isso, mostrando que os primeiros mil dias, até os 2 anos de idade, é um período fundamental. Simplificando muito esses resultados da pesquisa, a linha azul, aqui nesse gráfico, mostra o capital humano e a própria sobrevivência da criança. O índice de morte de crianças que não crescem, de crianças subnutridas, é maior.

Nós vimos que crescer, veja em baixo nesses eslaide - falamos do nascimento, primeiro ano, segundo ano, e assim por diante -, crescer bem, ganhar peso, até os 2 anos de vida, aumenta o capital humano. Além de estar desenvolvendo o cérebro dessa criança. Oitenta por cento do cérebro se desenvolve até os 2 anos de idade. (Câmara dos Deputados, 2014).

O capital humano também é colocado nas métricas do desenvolvimento infantil, e a importância dos mil dias não é só para que as crianças não morram e se tornem adultos saudáveis, é também para que se tornem adultos economicamente produtivos, para que desenvolvam esse capital que vem dos corpos das crianças, mas só dos corpos que se desenvolvem de acordo com a normalização que ele redefiniu.

O neoliberalismo dos Estados Unidos traz elementos que se relacionam diretamente com a emergência do campo da primeira infância. Nos Estados Unidos, diferentemente da Europa, o liberalismo foi fundamental na própria constituição do Estado, e por isso “O liberalismo nos Estados Unidos, é toda uma maneira de ser e pensar. É um tipo de relação entre governantes e governados, muito mais do que uma técnica dos governantes em relação aos governados” (Foucault, 2008, p. 301). Não por acaso foi nos Estados Unidos que a teoria do capital humano foi formulada. Essa teoria coloca a análise econômica num lugar em que a economia clássica ainda não havia explorado: o trabalho. Teóricos neoliberais como Theodore Schultz, Gary Becker, entre outros, publicam a partir dos 1950, mas de forma mais organizada nos anos 1970, livros e artigos em que inserem o trabalho como campo da análise econômica. Para esses autores, a questão a ser analisada pela economia será muito mais os recursos que o trabalhador utiliza do que a questão do valor da venda da força de trabalho.

O olhar da teoria do capital humano desloca a análise econômica para o sujeito que trabalha. Não é sobre o que o trabalho produz. É sim o trabalho em si como conduta econômica. Consequentemente, o trabalhador passa a ser visto como um

sujeito econômico. O trabalho é decomposto em capital e renda, e a aptidão para o trabalhar não se descola da pessoa do trabalhador: “Não é uma concepção da força de trabalho, é uma concepção do capital-competência, que recebe, em função de variáveis diversas, certa renda que é um salário, uma renda-salário, de sorte que é o próprio trabalhador que aparece como uma espécie de empresa de si mesmo” (Foucault, 2008, p. 310).

O capital humano é formado por elementos inatos, como a herança genética de cada um, e elementos que agregam competência para o trabalho, para a empresa de si próprio ser mais competitiva, como a educação nessa roupagem neoliberal. Foucault então traz um exemplo em que discute justamente a infância na perspectiva do capital humano.

Sabe-se perfeitamente que o número de horas que uma mãe de família passa ao lado do filho, quando ele ainda está no berço, vai ser importantíssimo para a constituição de uma competência-máquina, ou se vocês quiserem para a constituição de um capital humano, e que a criança será muito mais adaptável se, efetivamente seus pais ou sua mãe lhe consagraram tantas horas do que lhe consagraram muito menos horas. Ou seja, o simples tempo de criação, o simples tempo de afeto consagrado pelos pais a seus filhos, deve poder ser analisado em termos de investimento capaz de constituir um capital humano (Foucault, 2008, p. 315).

A teoria do Capital Humano opera uma espécie de monetização do afeto e do cuidado na primeira infância. Essa teoria articula elementos como o afeto e o vínculo como ativos, no sentido econômico, da empresa de si próprio. O sucesso ou o fracasso desse universo empresarial seriam determinados pelo sujeito empresa de sai intervenção na primeira infância estaria agregando capital humano às crianças, para que no futuro elas possam ter alguma inserção na concorrência do mercado. O cuidado de uma mãe com seu filho constitui um investimento que gera o capital humano da criança, que gera renda: “Essa renda será o que? O salário da criança quando ela se tornar adulta” (Foucault, 2008, p. 334-335).

Nessa lógica, o sujeito é o centro da desigualdade social, e a falta de investimento no capital humano explicaria as desigualdades, inclusive a diferença entre países ricos e pobres. Gerar capital humano é um dos argumentos para a intervenção nas crianças na primeira infância. É como se, para se respeitar as leis desse mercado, lugar de verdade com natureza própria que precisa ser respeitada, a intervenção recaísse sobre as pessoas, que apresentam em si um potencial de desenvolvimento praticamente sobre-humano que lhes permitirá operar com sucesso no mercado. E o tempo mais adequado para aproveitar esse potencial, que é contido no humano, é a primeira infância, de preferência os primeiros mil dias de vida, “janela crucial

de oportunidades” de acesso a esse pote de ouro que permitirá gerar renda no futuro.

De acordo com a racionalidade neoliberal, o investimento na primeira infância se torna o “ponto zero” para equalizar a concorrência: todos partindo de um mesmo ponto do desenvolvimento cerebral poderiam chegar aos mesmos resultados, para além das diferenças nas condições sociais. Será mesmo? Será que com a remoção do impedimento neuronal para o exercício pleno da meritocracia, o sujeito pode assumir a responsabilidade pelo seu sucesso ou fracasso? O investimento na primeira infância retiraria um obstáculo do corpo para o desempenho do sujeito neoliberal. Nessa lógica, a partir dessa correção de percurso nos primeiros mil dias de vida, o sujeito empresarial (Dardot; Laval, 2016) poderá seguir seu caminho de concorrência, está liberado para competir e vai depender só de seu próprio desempenho para superar as duras condições do mercado. Seria a pobreza uma questão possível de ser resolvida pelo desenvolvimento otimizado dos cérebros das crianças? A concorrência, ainda que entre cérebros bem desenvolvidos, não nos parece uma saída razoável para acabar com a desigualdade social.

Considerações finais

A segmentação do campo outrora denominado “infância e adolescência” em partes menores, vem repleto de “boas intenções”, como uma forma de promover os direitos das crianças pequenas que ficavam invisibilizadas no campo maior. O discurso da prevenção e do capital humano estão sempre presentes. De acordo com a dissertação de Osmar Terra, é preciso segmentar a infância para prevenir que as crianças se tornem adolescentes perigosos. Na fala de Cesar Victora, é preciso ajustar as estratégias de intervenção para essa faixa etária para prevenir que as crianças se tornem adultos improdutivos: os primeiros mil dias são uma janela de oportunidades para que a criança possa desenvolver todo o seu potencial, como se a primeira infância fosse um atalho “cientificamente comprovado” para acabar com a pobreza. A força do discurso das segmentações vai produzindo uma ideia de que as crianças na primeira infância são prioridade, quanto mais novas mais importantes, e as outras etapas desprezáveis, como parte da engrenagem biopolítica que salva alguns e mata outros.

Com a segmentação da infância, os segmentos passam a se comportar como forças sobre as quais age um poder que as coloca em movimento: a valorização da primeira infância afeta as outras fases da infância e a adolescência. Nessa correlação de forças a segmentação da infância forma um diagrama, como proposto por Deleuze (2020), para a maximização da vida. Para as crianças

pequenas prevenção dos traumas, cérebros estimulados com afeto, vínculo e livre brincar. E para as crianças fora da primeira infância a constatação de que não há o que fazer, já não podem mais ser “salvas”. O discurso sobre a prioridade das crianças pequenas e da importância do desenvolvimento na primeira infância carrega um determinismo biológico: de um lado da equação é preciso estimular as crianças na primeira infância, pois é nos primeiros anos de vida que as principais estruturas neuronais são formadas, do outro, os adolescentes que apresentarem “falhas no desenvolvimento”, como a violência, estão danificados, provavelmente pela falta de cuidados certos na primeira infância, não servem mais ao sistema, por isso são elimináveis.

A segmentação que cria a concepção de primeira infância, aqui colocada em análise a partir do discurso médico, atualiza os padrões da normalidade psicométricos para uma normalidade cerebral que somente pode ser alcançada com um determinado manejo da primeira infância, ou ainda, como defende Cesar Victora, dos dois primeiros anos de vida. Seguindo essa lógica, organizações sociais fazem campanha de incidência política para a priorização da primeira infância, produzindo como efeito uma hierarquização das etapas da infância criadas a partir da segmentação. A última etapa da infância, a adolescência, também fica por último na escala da normalidade, se localiza quase na fronteira da anormalidade, pronta para ser patologizada e criminalizada.

Referências

6ª REUNIÃO DA CPIMT. Senado Federal, 27/09/2017. (24 min) Disponível em <https://legis.senado.leg.br/comissoes/reuniao?24&reuniao=6681> Acesso em 19 set. 2021.

ARANTES, Esther Maria de Magalhães. Duas décadas e meia de vigência da Convenção sobre os Direitos da Criança: algumas considerações. In: Eduardo Ponte Brandão. (Org.). *Atualidades em Psicologia Jurídica*. 1. ed. Rio de Janeiro: Nau, 2016, v. 1, p. 53-96.

ARIÈS, Philippe. *História social da infância e da família*. Rio de Janeiro: LCT, 1978.

BARKER, Suyanna Linhales; ARANTES, Esther Maria de Magalhães. Por que assinamos a nota de repúdio. *Folha de São Paulo*, 06 de fevereiro de 2008. Opinião. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniao/fz0602200809.htm> Acesso em 19 set. 2021

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

BRASIL. Lei 13.257, de 8 de março de 2016. Dispõe sobre as políticas públicas para a primeira infância. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2016/Lei/L13257.htm Acesso em 20 jul. 2019.

BRASIL. *Programa Criança Feliz: a Intersetorialidade na visita domiciliar*. Brasília/DF, 2017. Disponível em: http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/crianca_feliz/A_intersetorialidade_na_visita_domiciliar.pdf. Acesso em 20 jul. 2019.

BRUER, John T. Revisiting “The Myth of the First Three Years”. *Monitoring Parents: Science, evidence, experts and the new parenting culture*. 2011. Disponível em <https://blogs.kent.ac.uk/parentingculturestudies/files/2011/09/Special-briefing-on-The-Myth.pdf> Acesso em 10 maio 2022.

BURMAN, Erica. *Deconstructing Developmental Psychology*. Londres, Routledge, 2017.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. Audiência Pública da Comissão Especial - PL 6998/13, 27 de maio de 2014. Disponível em: <https://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:WOY1TaPDXsMJ:https://www.camara.leg.br/internet/sitaqweb/TextoHTML.asp%3Fetapa%3D11%26nuSessao%3D0702/14+&cd=1&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br> Acesso em 19 set. 2021.

CANGUILHEM, Georges. *O normal e o patológico*. 5. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002.

CRIANÇA Feliz previne ações de maus-tratos e violência contra crianças, destaca Osmar Terra. *Fonseas*, 27 de setembro de 2017. Disponível em: <http://fonseas.org.br/crianca-feliz-previne-acoes-de-maus-tratos-e-violencia-contras-criancas-destaca-osmar-terra/> Acesso em 19 set. 2021.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. *A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal*. São Paulo: Editora Boitempo, 2016.

DEL RÍO, Norma. Contrapuntos del modelo médico-epidemiológico de intervención temprana. *Alteridades*, Distrito Federal, México, Universidad Autónoma Metropolitana, v. 24, n. 47, p. 53-60, 2014.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. *Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia*. Tradução de Aurélio Guerra Neto et alii. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1996. v. 3.

DELEUZE, Gilles. *Michel Foucault: o poder*. São Paulo: Editora filosófica politeia, 2020.

FARAH, Tatiana. A trajetória de Osmar Terra, do comunismo ao ‘ministério paralelo’. *Nexo Jornal*, 12 de junho de 2021. Disponível em

<https://www.nexojornal.com.br/expresso/2021/06/12/A-trajet%C3%B3ria-de-Osmar-Terra-do-comunismo-ao-%E2%80%98minist%C3%A9rio-paralelo%E2%80%99> Acesso em 19 set. 2021.

FOUCAULT, Michel. *A Ordem do Discurso*. Aula inaugural no Colégio de France. Pronunciada em 2 de dezembro de 1970. Tradução de Laura Fraga de Almeida Sampaio. São Paulo: Loyola: 1999.

FOUCAULT, Michel. *O Nascimento da Biopolítica*. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

GARCIA, Rafael. Estudo vai mapear cérebro de homicidas. *Folha de São Paulo*, 26 de novembro de 2007. Ciência. Disponível em <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/ciencia/fe2611200701.htm> Acesso em 19 set. 2021

GARCIA, Rafael. Psicólogos tentam impedir pesquisa com homicidas. *Folha de São Paulo*, 21 de janeiro de 2008. Ciência. Disponível em <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/ciencia/fe2101200801.htm> Acesso em 19 set. 2021.

HECKMAN, James. *The Heckman Equation*. 2020. Disponível em <https://heckmanequation.org/the-heckman-equation> Acesso em 18 de out de 2020.

JACKSON Barreto e ministro do Desenvolvimento Social lançam programa que beneficia quase 8 mil crianças. Sergipe - Governo do Estado, 21 de março de 2017. Disponível em: <https://www.se.gov.br/noticias/Governo/jackson-barreto-e-ministro-do-desenvolvimento-social-lancam-programa-que-beneficia-quase-8-mil-criancas>. Acesso em 19 set. 2021

LANÇAMENTO da Frente Parlamentar pela Defesa da Primeira Infância. *OPAS Brasil*, Brasília, 22 de mar de 2011. Disponível em: https://www.paho.org/bra/index.php?option=com_content&view=article&id=1923:lancamento-da-frente-parlamentar-pela-defesa-da-primeira-infancia&Itemid=499 Acesso em: 19 de out. de 2020

LIMA, Ana Laura Godinho. O evolucionismo na psicologia educacional: uma análise historiográfica. *História, Ciências, Saúde - Manguinhos*, Rio de Janeiro, v. 27, n. 3, p. 819-836, jul.-set. 2020.

PENN, Helen. Primeira infância: a visão do Banco Mundial. *Cad. Pesqui.*, São Paulo, n. 115, p. 07-24, mar. 2002. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-15742002000100001&lng=pt&nrm=iso Acesso em 12 fev. 2019. <http://dx.doi.org/10.1590/S0100-15742002000100001>

RAZÃO e preconceito. *Folha de São Paulo*. 22 de janeiro de 2008. Opinião. Disponível em <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniaofz2201200802.htm>. Acesso em 19 set. 2021.

RODRIGUES, Heliana de Barros Conde. Sobre um parágrafo de Michel Foucault: resposta a muitas questões?. *Psicol. clin.*, Rio de Janeiro, v. 20, n. 2, p. 127-145, 2008. Disponível em http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-56652008000200010&lng=pt&nrm=iso. Acesso em 19 set. 2021.

ROSE, Nikolas. *Governing the Soul: The Shaping of the Private Self*. Free Association Books, 1999.

ROSE, Nikolas; ABI-RACHED, Joelle. *Neuro: the new brain sciences and the management of the mind*. Princeton: Princeton University Press, 2013.

SEMINÁRIO apresenta impactos do Programa Criança Feliz. *Pnud Brasil*, 04 de fevereiro de 2020. Disponível em <https://www.br.undp.org/content/brazil/pt/home/presscenter/articles/2019/seminario-internacional-apresenta-impactos-do-programa-crianca-f0.html>. Acesso em 19 set. 2021.

SPENCER, Herbert. *Educação intelectual, moral e física*. 1861. Disponível em: https://www.filosofia.com.br/figuras/livros_inteiros/266.txt. Acesso em 10 de maio de 2022.

TERRA, Osmar. *Relação entre o comportamento agressivo e/ou violento e alterações na neuroimagem: revisão sistemática*. Porto Alegre: Mestrado em Medicina e Ciências da Saúde da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2012.

TOMLINSON, Stephen. From Rousseau to Evolutionism: Herbert Spencer on the Science of Education. *History of Education*, v. 5, n. 3, p. 235-254, 1996. DOI: 10.1080/0046760960250303

VIEIRA, Ana Lúcia. *"A colaboração lhe bate à porta...": visitadoras sociais e a biopolítica no cotidiano operário (1944-1953)*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2013.

WORLD BANK. *Early Childhood Development*. 2023. Disponível em: <https://www.worldbank.org/en/topic/earlychildhooddevelopment>. Acesso em 28 set. 2023.

Sobre a autora

Maria Mostafa

Doutora em Políticas Públicas e Formação Humana pela UERJ (2022), com pesquisa sobre as políticas públicas para a primeira infância, e mestre em Saúde Coletiva pela mesma universidade (2009), com dissertação sobre o curso “Gênero e Diversidade na Escola”. Possui graduação em História pela Universidade Federal Fluminense (2006), especialização em Políticas Públicas para a Igualdade na América Latina pela CLACSO atuando principalmente nas seguintes áreas: gênero, educação, políticas públicas e primeira infância.